



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

NOTAS DE REUNIÃO

37ª REUNIÃO COMITÊ TÉCNICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO CONCIDADES

DATA: 30/09/2013 - **HORÁRIO:** das 13h:50min às 19h:30min.

LOCAL: Ministério das Cidades – SNSA - sala 904

Participantes: lista de presença anexa, parte integrante desta.

Abertura.

Tendo em vista a abertura da sessão ordinária da 38ª Reunião Ordinária do Pleno do ConCidades ter se estendido ao longo de toda o período da manhã, a reunião do Comitê Técnico de saneamento foi transferida integralmente para o turno vespertino. Em decorrência da necessidade de quorum mínimo de 10 (dez) conselheiros presentes (art. 33A do Regimento Interno do ConCidades), o início somente aconteceu às 13h50min, com a abertura proferida pelo Secretário Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA, Sr. Osvaldo Garcia, que cumprimentou e deu boas vindas a todos e logo em seguida foi discutida e aprovada a pauta da reunião descrita abaixo, que em seguida a passou a ser executada.

Pauta: 37ª Reunião do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental

1. Informes sobre:

- a) **O Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB;**
- b) **A Participação da SNSA nas conferências Estaduais;**
- c) **Os Seminários de política e planos de saneamento básico (parceria Midades – CAIXA);**
- d) **A solicitação das entidades sobre o andamento das ações sobre a portaria nº 280/Midades de 25/06/2013.**

2. **Apresentação sobre a execução dos programas e ações de saneamento do Ministério das Cidades – Balança do PAC/Saneamento;**

3. **Informe sobre os Planos de Saneamento Básico das RIDES;**

4. **Apresentação sobre o andamento dos Planos Municipais de Saneamento apoiados com recursos oriundos da Funasa.**

1. Informes:

a) **Sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB:** o senhor Secretário Osvaldo inicia a apresentação informando da atuação da Secretaria no processo de apreciação e aprovação do PLANSAB nos Conselhos Nacionais de Cidades, Saúde, Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Porém, a resolução de aprovação do PLANSAB foi apreciada e aprovada na última reunião ordinária do CONAMA. O Secretário informou que está trabalhando para que o Plano seja decretado pela Presidenta durante a 5ª Conferência Nacional das Cidades, ainda este ano. Os conselheiros Darcy Campani e Fernando Pigatto manifestaram a intenção de colaborarem, como representantes da sociedade civil, para apoiar a publicação do Plano durante a Conferência. O Senhor Secretário informou que o processo está bem encaminhado e que há boas possibilidades de acontecer. Em seguida foi passado ao próximo item dos informes da pauta.

b) **Sobre a Participação nas conferências Estaduais e panorama da situação atual dos termos de compromissos para elaboração de Planos de Saneamento com recursos do PAC2 no Ministério das Cidades;**

O assessor/SNSA, Alexandre Godeiro, fez a apresentação da participação da SNSA nas conferências estaduais do RS/MT/RN/TO, bem como apresentou panorama sobre a situação atual dos termos de compromissos para elaboração de Planos de Saneamento com recursos do PAC2 no Ministério das Cidades, que apresentam uma forte evolução no período de um ano, apresentando 26

49 iniciados (28,3%), 46 em licitação (50%) e 20 em ação preparatória (21,7%), cujo detalhamento
50 está em anexo.

51 O Secretário Osvaldo Garcia afirmou que as manifestações da população acontecidas em várias
52 cidades brasileiras deram expressão a questão urbana no País, principalmente, no que se refere às
53 questões de mobilidade e saneamento. No tocante ao andamento dos termos de compromissos para
54 a elaboração dos Planos de Saneamento Básico, comunicou que foram necessárias três prorrogações
55 de prazo, a última referente a portaria n.º 444, datada de 26/09/2013, para que os atuais contratos
56 estivessem no estágio atual, pois muitos proponentes não conseguiram realizar o 1º desembolso no
57 tempo determinado. O conselheiro Clóvis externou a preocupação com o cumprimento do prazo
58 limite de 01 de janeiro de 2014, estabelecido pelo Decreto n.º 7.217/10, para que os municípios
59 tenham seus planos municipais de saneamento básico. E, assim, possam continuar a buscar recursos
60 com o governo federal para aplicar nas ações de saneamento básico. O senhor Edson ressaltou que
61 os municípios podem usar os estudos realizados pelos prestadores de serviços, companhias
62 estaduais de saneamento, porém, alerta que isto pode favorecer a continuidade da dependência dos
63 municípios por ações destas mesmas companhias. No entanto, enfatizou que os critérios e as
64 exigências da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades para a
65 elaboração dos planos de Saneamento, promovem o desenvolvimento de ações mais elaboradas no
66 âmbito municipal, e podem garantir o protagonismo do município. O Conselheiro Darcy entende
67 que o Ministério das Cidades deveria ter competência para assistir, com recursos no setor de
68 saneamento, um maior número de municípios, independente do porte populacional. O Secretário
69 Osvaldo explicou a lógica da repartição das competências entre Midades e Funasa, prevista na Lei
70 que aprova o PPA 2012-2015, ressaltando a capilaridade da Funasa, que esta presente em todos os
71 estados federados, para atuar assistindo aos municípios, notadamente, aqueles de menor porte
72 populacional. O Conselheiro Landa relatou a dificuldade da equipe técnica local dos pequenos
73 municípios e, propôs a preparação de um plano nacional de capacitação para apoiá-los na
74 elaboração e execução dos planos de saneamento. O Conselheiro Clóvis pontuou que a questão é
75 mais profunda: muitos municípios não cooperam, ou mesmo, não manifestam interesse para a
76 elaboração dos planos, e conclui afirmando que isto dificulta ainda mais o trabalho. Em seguida foi
77 passado ao próximo item dos informes da pauta.

78 **c) Sobre os Seminários Regionais sobre Política e Planos de Saneamento Básico (parceria**
79 **Midades – CAIXA);**

80 O assessor/SNSA, Alexandre Godeiro, fez a apresentação do relatório sobre a realização e a
81 participação dos diversos segmentos nos 11 Seminários sobre Política e Planos de Saneamento
82 Básico realizados nas capitais conforme acordado com o Comitê Técnico de Saneamento
83 Ambiental, em parceria com a CAIXA e a Secretaria Executiva, inserido no Plano Nacional de
84 Capacitação em Cidades e usando o portal Capacidades do Ministério. Também foi reportado um
85 Seminário Estadual realizado em Campo Grande/MS, e o acompanhamento da participação
86 institucional nas Capacitações previstas no Acordo de Cooperação Técnica com a SEDRU/MG, que
87 está em anexo.

88 O conselheiro Silvio parabenizou a Secretaria pela iniciativa e informou sobre o trabalho de
89 capacitação da Assemae em parceria com a Funasa, ressaltou que a participar maior é de técnicos e
90 que considera importante a participação dos gestores políticos. Solicitou ao Secretário Osvaldo que
91 providencie meios para que os prefeitos fossem sensibilizados para participarem e que houvesse
92 uma campanha nacional alertando prefeitos e a sociedade sobre o conteúdo técnico e político e a
93 importância da elaboração dos planos de saneamento. O secretário Osvaldo informou que Secretaria
94 Nacional de Saneamento Ambiental encaminhou o ofício n.º 540/2013/GAB/SNSA/MCIDADES,
95 datado de 30/04/2013, a todas as Prefeituras Municipais do Brasil informando sobre as exigências
96 legais e o prazo limite de 01 de janeiro de 2014, estabelecido pelo parágrafo 2º do art. 26 do
97 Decreto n.º 7.217/10, para a elaboração e apresentação dos planos de saneamento. O senhor Lauro
98 alertou que os prefeitos sabem sobre a exigência do plano, porém necessitam de apoio técnico e
99 financeiro para a sua elaboração. O Senhor Edson reafirmou a necessidade de estratégia nacional de
100 um processo de capacitação, liderado pelo Ministério das Cidades, e de apoio à elaboração dos
101 planos de saneamento. O senhor Secretário concordou com a necessidade de capacitação e somente
102 entende ser necessário construir a forma melhor e de maior efetividade para promover essa ação. O

103 Diretor do DARIN Ernani sugeriu um entendimento com a Confederação Nacional dos Municípios
104 (CNM) sobre a melhor forma de articular os processos de mobilização e sensibilização junto aos
105 prefeitos. O assessor/SNSA, Alexandre Godeiro lembrou que a proposta de Campanha Nacional
106 para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento foi tema da Resolução Recomendada n.º
107 32/2007, portanto, discutida há cerca de 6 anos, e que o esforço do Departamento de Articulação
108 Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental neste ano foi a realização dos
109 eventos dos Seminários Regionalizados sobre Política e Planos de Saneamento. Entende que esta
110 iniciativa deverá prosseguir. O conselheiro Lauro comunicou que a principal demanda dos prefeitos
111 é por melhores condições técnicas para a elaboração dos planos de saneamento e que eles sabem
112 sobre as exigências de ter que apresentar o plano de saneamento básico para a contratação de
113 recursos com o Governo. Porém, a sociedade desconhece essa política de planejamento no
114 saneamento. O conselheiro Landa afirmou que o Governo Federal que ora esta implantando a
115 campanha “mais médicos”, também deveria realizar uma campanha para a elaboração dos planos de
116 saneamento. Continuou ressaltando a importância das cartilhas de educação ambiental elaborados
117 pela SNSA para a sensibilização dos movimentos sociais. Informou que muitos planos são
118 elaborados a margem dos conselhos locais e, entende que a contratação de consultoria deveria ser
119 acompanhada pelos conselhos populares locais. O senhor Ernani ressaltou que a SNSA encaminhou
120 cartilhas e outros documentos técnicos (Guia para a Elaboração de Planos Municipais de
121 Saneamento Básico; Política e Plano Municipal de Saneamento Ambiental – Experiências e
122 Recomendações; Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico e cartilha
123 para a elaboração de Plano de Saneamento Básico Participativo e de Educação Ambiental, ATLAS
124 da ANA, PNSB do IBGE), foram enviados a todos os municípios brasileiros. A conselheira Lucia
125 fez um relato que os planos de investimentos dos municípios não priorizam as demandas sociais e
126 apenas privilegia as demandas econômicas de parcela minoritária da população brasileira. Apontou
127 que muitos prefeitos não possuem conhecimentos básicos sobre questões sociais como as de
128 saneamento e, que, políticas públicas como as PPP vêm consolidarem e reafirmarem a lógica
129 econômica dos investimentos públicos em prejuízo da classe trabalhadora de baixa renda. Ressalta
130 também que devem ser capacitados os excluídos sociais, as pessoas que não possuem os serviços
131 públicos de infraestrutura em saneamento básico, para que possam, num futuro, demandar suas
132 necessidades de forma consciente. A conselheira Solange fez um depoimento elogiando a iniciativa
133 e a realização da capacitação - Seminário Regional de Política e Plano de saneamento Básico, que
134 esteve presente e ocorreu no Rio de Janeiro, no auditório da CAIXA. O conselheiro Darci expressou
135 também sua indignação com a cultura brasileira de morosidade na elaboração de planos instalada na
136 administração pública, e entende que deve ser atacada. O Conselheiro Clóvis chamou a atenção
137 para a complexidade dos temas tratados em relação à campanha, capacitação e elaboração dos
138 Planos de Saneamento Básico e planejamento da Política Pública, afirmando que esta discussão não
139 iria esgotá-los. Entretanto, entende que o Governo Federal deveria ter consolidada esta necessidade,
140 e articular com outros parceiros para fomentar a elaboração dos planos. O conselheiro Landa
141 informou a necessidade de que as campanhas e capacitações tenham linguagem acessível a
142 população. O diretor do DARIN Ernani ressaltou que toda a discussão valoriza o processo de
143 formulação dos planos, mas caminha em rota contrária as exigências de prazo limite previsto no
144 decreto para finalização dos Planos de Saneamento, que se esgota em 3 meses. O secretário Osvaldo
145 se associa aos presentes no sentido que não se pode penalizar a população com a restrição de
146 contratação de recursos para o saneamento porque o município não conseguir cumprir a exigência
147 legal de elaborar o seu plano de saneamento. Porém, momentaneamente, não vê alternativas para o
148 prazo limitante da legislação. Em seguida foi passado ao próximo item dos informes da pauta.

149 **d) Solicitação de informações das entidades sobre o andamento da portaria nº 280/Mcidades**
150 **de 25/06/2013;**

151 O senhor Secretário Osvaldo informou sobre a situação da demandada pela Frente Nacional pelo
152 Saneamento/ASSEMAE e outros, em que foi realizada reunião inicial com o Ministro Aguinaldo
153 abordando: 1) andamento da revogação da portaria do Ministério das Cidades n.º 280/13, 2)
154 publicação do PLANSAB, 3) programa de recuperação dos prestadores de serviços (PAGSAN) com
155 apoio financeiro ao desenvolvimento de programa de controle e redução de perdas e de
156 fortalecimento da gestão, e 4) Fundo Nacional para universalização com incentivos do PIS/Confins.

157 Uma outra reunião foi realizada no dia 19/09/2013 com a Frente Nacional pelo
158 Saneamento/ASSEME e outros, onde, além dos pontos citados foi informado que dentro da
159 execução do Programa Interáguas está previsto recursos para o fortalecimento e reestruturação de
160 prestadores de serviços, e ações para controle e redução de perdas e na regulação. O senhor
161 secretário pontuou que em relação: 1) a Portaria 280: trata-se de decisão governamental, e
162 protocolou o ofício resposta da Casa Civil, que será analisado e respondido; 2) informou que
163 trabalha e espera a publicação por decreto do PLANSAB durante a 5ª. Conferência Nacional de
164 Cidades; 3) informou que o programa de recuperação dos prestadores de serviços (PAGSAN) será
165 atualizado e revisto, posteriormente, apresentada para discussão; 4) Sobre o fundo, informa que será
166 intensificada a discussão dentro do governo para posterior deliberação.

167 O senhor Edson, com apoio da senhora conselheira Amélia, manifestou seu entendimento sobre o
168 teor da Portaria do Ministério das Cidades n.º 280/13. Leu para os presentes e entregou ofício ao
169 secretário sobre o assunto com resposta da Casa Civil da Presidência da República sobre a carta das
170 organizações acerca da citada portaria. O senhor Secretário Osvaldo informou que determinou o
171 protocolo do documento e tomará as devidas providências para que seja analisada a resposta da
172 Casa Civil frente as solicitações do documento. O conselheiro Clóvis leu uma proposta de resolução
173 a ser apresentada ao pleno em que os demais conselheiros presentes concordaram, com exceção do
174 Senhor Secretário Osvaldo, que se posicionou contra, porém a proposta de resolução foi aprovada
175 sem ter unanimidade e encaminhada ao pleno. Foi encerrada a discussão dos informes, foi iniciada
176 execução dos itens da pauta.

177 **2. Apresentação sobre a execução dos programas e ações de saneamento do Ministério das** 178 **Cidades – Balança do PAC/Saneamento;**

179 O senhor Diretor do DAGES/SNSA, Johnny dos Santos, fez a apresentação informando que: A) o
180 investimento total: previsto, selecionado e contratado no PAC 1 e 2 alcança, R\$ 100 bi, R\$ 85,2 bi e
181 R\$ 65,9 bi, respectivamente, B) totalizando 1.633 empreendimentos no PAC 1, e 1.197 no PAC2, C)
182 o percentual de execução média é de 63 %, sendo 20% de obras concluídas e 40 % com andamento
183 acima de 60%, conforme está em anexo.

184 O conselheiro Darcy Ressalta que os valores para resíduos sólidos apresentados foram muito
185 baixos. O diretor Johnny abordou o problema institucional de consolidação da Política de Resíduos
186 Sólidos, quanto à exigência legal de apresentação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos
187 Sólidos que data de 02/08/2012, para que os municípios possam acessar financiamento para a
188 execução de ações no componente resíduos sólidos. O Diretor Ernani agradeceu a participação do
189 diretor Johnny e deu seqüência a execução da pauta.

190 **3. Informe sobre os Planos de Saneamento Básico das RIDES;**

191 Apresentação do prof. Oscar Cordeiro Netto – Universidade de Brasília (UnB) sobre o estudo das 3
192 RIDES brasileiras, cujo universo se compõe de 8 Estados e o DF, e 45 municípios, com prazo de 24
193 meses, que está em anexo.

194 O Senhor Edson elogiou a iniciativa do Ministério das Cidades, através da SNSA, em articular com
195 as instituições de ensino superior para elaboração dos planos regionais de saneamento básico,
196 reforçando o caráter indutor do Ministério das Cidades. O conselheiro Silvio questionou sobre as
197 diferenças entre RIDE e Região metropolitana. O prof. Oscar Cordeiro Netto explanou sobre as
198 diferenças entre ambas as regiões. O conselheiro Darcy também elogiou a iniciativa do Ministério
199 das Cidades. O senhor Alexandre informou da obrigatoriedade da atuação do Ministério das
200 Cidades e que a estruturação do trabalho seguiu os moldes da elaboração do PLANSAB. O Senhor
201 Ernani finalizou a discussão e deu continuidade à pauta.

202 **4. Apresentação sobre os Planos Municipais de Saneamento com recursos e apoio da Funasa;**

203 Apresentação do senhor Cícero de Paula, coordenador de Cooperação Técnica do DENSP/Funasa,
204 que informou o apoio a 635 proponentes, com valores acima de R\$ 130 milhões, relatou as
205 dificuldades para a elaboração dos Planos de Saneamento, e que a FUNASA busca uma nova
206 estratégia, novo modelo, focado na capacitação, cuja 1ª. experiência esta em andamento com o
207 CREA/MG, que está em anexo.

208 A conselheira Solange recupera a discussão sobre a capacitação que havia sido discutida no início
209 da reunião e ressalta a importância dessa ação para os pequenos municípios. O Conselheiro Landa
210 informa que, do seu conhecimento, a atual situação são poucos planos de saneamento elaborados e,

211 questiona a sua qualidade. Aponta também que o próprio Ministério das Cidades deveria estar mais
212 bem estruturado, principalmente, com equipe técnica para atender as demandas do saneamento,
213 focando no planejamento do setor e nos planos de saneamento. O conselheiro Darcy ressaltou a
214 importância das ações da Funasa para capacitar técnicos e gestores dos pequenos municípios. O
215 conselheiro Eduardo ressaltou a possibilidade de que os próprios movimentos e organizações
216 sociais possam atuar na capacitação e, também, na execução das ações de mobilização e educação
217 ambiental realizadas durante a execução das obras de saneamento. O senhor Francisco da
218 ASSEMAE informou que na atual estratégia de capacitação da Assemae em articulação com a
219 Funasa, foram capacitados cerca de 2.300 servidores, técnicos e gestores em 800 municípios. O
220 senhor Ernani finaliza a discussão e passa a elaboração dos encaminhamentos. O conselheiro Clóvis
221 leu as duas propostas de resolução a serem levadas ao pleno que foram discutidas e aprovadas,
222 apenas a primeira, que trata de minuta de Resolução que recomenda a revogação da portaria do
223 Ministério das Cidades n.º 280/13, não contou com aprovação do senhor Secretário Osvaldo.

224 **ENCAMINHAMENTOS:**

- 225 1. Encaminhamento para o pleno do ConCidades de minuta de Resolução que recomenda a
226 revogação da portaria do Ministério das Cidades n.º 280/13 no que se refere a permissão de repasse
227 de recursos nos contratos no qual o município realiza concessão não onerosa e no formato de PPP
228 (Participação Pública Privada), com votação não uninômica;
- 229 2. Encaminhamento para o pleno do ConCidades da minuta de Resolução que demanda do
230 ConCidades a elaboração de campanha de sensibilização da sociedade para as exigências do plano de
231 saneamento, para a execução de programa de capacitação e para articulação com universidades de
232 modo a influenciar o desenvolvimento de trabalhos de finalização de curso na área de planejamento,
233 com foco em planos de saneamento, com votação uninômica.
- 234 A reunião se encerrou às 19 horas e 30 minutos. Eu, Mário Marcondes (SNSA), juntamente com
235 Alexandre Araujo Godeiro Carlos (SNSA), relatamos esta ata.
236 Brasília, 30 de setembro de 2013.